

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**"Pedagogia em MovimentUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade"**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**"Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Educaionais"**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

ISSN: 1981 - 3031

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO FUNDAMENTAL - TCF

Iniciação à pesquisa científica nas turmas da educação de jovens e adultos das escolas situadas em espaços de privação de liberdade no estado de Pernambuco.

Amélia Silva Rocha de Lima

professoraamelia@yahoo.com.br

Íris Ângela Marques Silva

iris.gatona@hotmail.com

João Silva Rocha

joasilvarocha@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo apresentar a ferramenta implantada pelo governo do estado de Pernambuco para os concluintes do ensino fundamental, o TCF – Trabalho de Conclusão do Ensino Fundamental, que é proposto para adesão das escolas, professores e estudantes que estão terminando a etapa do ensino fundamental. Serão apresentadas o marco legal referente a educação de jovens e adultos e sua implantação no sistema prisional, bem como reflexões acerca da pesquisa científica, a metodologia utilizada para realização do TCF e alguns exemplos dos que foram apresentados neste ano. Notou-se a importância desta ferramenta para a ressocialização dos estudantes privados de liberdade que em seus relatos apresentaram-se de forma consciente da necessidade de se ressocializar e da realização da pesquisa sobre temas que foram escolhidos por eles. Desta forma, nota-se que o TCF é também um instrumento que pode instigar a permanência na escola, bem como aponta a necessidade do estudo para o empoderamento do sujeito, principalmente, aqueles que estão espaços de privação de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: pesquisa. eja. planejamento. protagonismo. participação.

1 INTRODUÇÃO

A questão do empoderamento do sujeito é de suma importância para as pessoas privadas de liberdade – PPL, pois o espaço da cadeia provoca uma



situação de perda da identidade, bem como a retirada de todos os direitos do apenado, embora que este tenha apenas o direito de ir e de vir negado e, os demais direitos devem ser garantido, tais como o de saúde e educação, por exemplo.

No estado de Pernambuco criou-se o TCF que possui características de uma pesquisa científica, sendo uma ferramenta potencial para estimular o estudante a entrar nos caminhos da pesquisa.

Para a realização da pesquisa, os estudantes escolhem um tema e, junto aos professores que serão orientadores, adquirem orientação para a construção da pesquisa, tornando-se o protagonista do processo do TCF.

Sendo assim, este trabalho teve como objetivo apresentar o TCF como uma ferramenta para o aprendizado que pode ser utilizada pelos estudantes para mostrar os resultados encontrados da pesquisa que foi escolhida por eles.

Diante disso, no capítulo 2 será apresentada a contextualização legal referente a EJA como modalidade ensino, sendo assim, ao terminar a fase IV da EJA o estudante terá concluído o ensino fundamental, o que o torna participante do processo de produção do TCF.

No capítulo 3 será apontada a relação entre o TCF e a pesquisa científica, em que o professor torna-se orientador e o estudante o protagonista nesse processo de construção do TCF proporcionando a ampliação dos horizontes do conhecimento para além dos muros da escola, ressignificando assim a sua história.

No capítulo 4 será apontada a metodologia para construção do TCF, que é uma pesquisa científica que surge a partir da curiosidade sobre assuntos que os estudantes gostariam de pesquisar. Por fim, no capítulo 5 é abordado sobre a vivência do TCF em escolas situadas em espaços de privação de liberdade, em que são elencados alguns relatos do que foi apresentado por estudantes privados de liberdade nos presídios do estado de Pernambuco. Posteriormente tem-se as considerações finais que apontam o TCF como algo estimulante para continuar os estudos independente de estarem ou não na cadeia.



2 CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394/96, afirma em seu artigo 37 que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). Desse modo, a educação de jovens e adultos - EJA, com suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, apontadas no Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 11/2000, surge como um caminho para minimizar essa dívida social, que pertence à história deste país e na vida de vários brasileiros.

O Parecer do CNE nº 11/2000 aponta que

na sua função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL, 2000, p. 7).

Assim, acredita-se que se deve garantir o direito a uma escola de qualidade, e também o reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano.

Como função Equalizadora o documento do CNE nº 11/2000 (p. 10) aponta que “a equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas”. Obtendo assim, o resgate da sua trajetória escolar recuperando a oportunidade que por algum motivo foi interrompida.

Já na função Qualificadora o parecer do CNE nº 11/2000 (BRASIL, 2000, p. 11) afirma que ela é “mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares”. Com isso, deve proporcionar a este público a capacitação e qualificação



para ser aplicado no mundo do trabalho como também estimulando a continuidade dos estudos.

É bom lembrar que o público da EJA não se restringe apenas a diferenças na idade, mas, também, a distorção de intervalo de tempo que deixaram de frequentar a escola, vindo em busca de compensar o não êxito que obteve no ensino regular, sendo oportunizado na modalidade da educação de jovens e adultos – EJA – acelerar os seus estudos e conseguir rapidamente a ascensão e a concessão da certificação escolar.

De acordo com a Resolução Nº 2 de 19 de maio de 2010, do CNE, artigo 3º tem-se que:

I - é atribuição do órgão responsável pela educação nos Estados e no Distrito Federal (Secretaria de Educação ou órgão equivalente) e deverá ser realizada em articulação com os órgãos responsáveis pela sua administração penitenciária, exceto nas penitenciárias federais, cujos programas educacionais estarão sob a responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Justiça, que poderá celebrar convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2010, p.2)

Vale salientar que Foucault (1987, p. 224) corrobora com isso quando aponta que “A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar.”.

Desta forma, pretende-se que na escola, o olhar seja o de garantir oportunidades e ressocialização, pois, o tempo que o reeducando ficará privado de liberdade poderá ser preenchido com oportunidades e, uma delas é através de estudo e, outra, do trabalho. No artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no plano internacional, é estabelecido o direito à educação, cujo objetivo é o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Assim, entende-se que os direitos humanos são universais (para todos e todas), estando os reeducandos do sistema penitenciário incluídos neste direito.



Vale salientar que no Brasil, a partir de 29 de junho de 2011, entrou em vigor a Lei nº 12.433 que trata da remição de pena pelo estudo e pelo trabalho, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. (BRASIL, 2011, p.01)

Com isso, a possibilidade de regressar aos estudos para as pessoas privadas de liberdade – PPLs – é uma oportunidade valiosa para compensar o tempo de estudos perdido outrora, como também remir pena, mas, acredita-se que voltar a estudar será essencial no preparo para a vida social e profissional, através da apropriação do conhecimento, do desenvolvimento de habilidades, da construção do sujeito capaz de lidar com conflitos, seja ele pessoal ou com o próximo, atuando de forma efetiva onde está inserido, preparando-o para quando voltar ao convívio social possa estar em condições de inserção na sociedade e de se obter melhores oportunidades.

3 O TCF - TRABALHO DE CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - E A PESQUISA CIENTÍFICA.

Uma das ferramentas que o professor pode se utilizar e que foi implementada na rede estadual de Pernambuco é o TCF, que é um potencial recurso para estimular e aguçar o estudante a iniciar a pesquisa, podendo ser em alguns casos o primeiro contato com o universo da pesquisa científica.



A livre escolha do tema por parte dos estudantes provoca um interesse neles na construção do TCF, diferente de quando os estes são obrigados a fazer um trabalho cujo tema foi escolhido pelo professor. O envolvimento diferencia-se porque a escolha parte deles, isso mexe com a autoestima, o sentir-se importante e a frente de algo que será realizado e planejado na totalidade por eles com a orientação do professor.

Freire (2002) destaca que a formação do professor juntamente com sua atuação no processo de ensinar, tenha como base a iniciação à pesquisa, o questionamento e a busca de respostas e ou soluções, antepondo-se a explicitação de conteúdo, por considerar que:

Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador. (FREIRE, 2002, p. 14).

Nesse contexto de trazer a pesquisa para o cotidiano da sala de aula e fazer do estudante não apenas um mero ouvinte que reproduz o que aprende, mas, um protagonista que participa efetivamente de todas as etapas da pesquisa, sendo oportunizado a antecipar uma experiência que, infelizmente, muitos estudantes nem chegam a conhecê-la, é de suma importância.

Perrenoud (2000) afirma que, para que o envolvimento do estudante aconteça, ele deve encontrar sentido no conhecimento aprendido e ter vontade de aprender. Ele ainda sugere alguns métodos a serem trabalhados pelo professor para que o estudante esteja encorajado em aprender, como “suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver na criança a capacidade de auto-avaliação” (PERRENOUD, 2000, p. 69).

Vale salientar que a iniciação à pesquisa científica ocorre dentro dos centros universitários como forma de obter a certificação do curso, para isso é necessária a construção e apresentação de um trabalho de conclusão de curso – TCC, o que não



impede de outros trabalhos de pesquisa científica serem realizados ao longo do curso superior. Entretanto, é notório que alguns estudantes só possuem o contato com este tipo de trabalho quando chega ao ensino superior.

Sendo assim, fazer um trabalho de TCF antes de ingressar numa faculdade, será para o estudante uma experiência positiva que ele levará como bagagem e diferencial no olhar e no realizar de seu TCC ao chegar à universidade. Desta forma, estimular o protagonismo juvenil é exercer uma educação para a cidadania, proporcionando ao estudante um olhar da sua realidade e do que está a sua volta, enxergando o mundo, questionando e sendo capaz de intervir de forma participativa, conforme Kofi (2001) aponta:

O impulso de participar é inerente ao ser humano e (...) suas habilidades de participação devem ser aprendidas e praticadas, e o não fazê-lo impõe à sociedade no médio e longo prazos: um mundo de adultos que não sabem se expressar nem como negociar diferenças, tampouco sabem como se envolver em diálogos construtivos ou assumir responsabilidades pela comunidade e pela sociedade. (p. 11).

Com isso, é importante o exercício de ter posturas e atitudes que busquem melhorias e benefícios para o coletivo, incitar o estudante a ser um agente investigador fazendo-o ampliar os horizontes do conhecimento para além das paredes e muros da escola, fazê-los descobrir o novo e revalidar o velho, mudando e ressignificando sua história.

4 METODOLOGIA DO TCF NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

O TCF é uma proposta da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco junto aos estudantes do 9º ano / 4ª Fase da EJA, de desenvolvimento da autonomia da investigação científica e do trabalho colaborativo dentro da Educação Básica.



O trabalho consiste em fazer uma pesquisa científica, que parta da curiosidade sobre determinados assuntos ou de entender melhor um aspecto da realidade que os estudantes gostariam de transformar.

Vale lembrar que o professor terá o papel de orientador de alguns trabalhos, ficando ao estudante a escolha do orientador de acordo com a temática afim da área de atuação do professor. Juntos, professor e estudantes devem planejar como será realizada a investigação, ou seja, delinear o que se denomina de plano de voo, para que possam explicar e responder o problema da pesquisa e elaborarem um produto final, que é o resultado da pesquisa, podendo ser: uma exposição, uma maquete, um aplicativo, um vídeo, entre outras a depender da criatividade e escolha da equipe.

É importante saber que, na construção do TCF, os estudantes devem realizar alguns passos, são eles:

- Montar uma equipe com no máximo 06 (seis) estudantes.
- Definir a temática da investigação, levando em consideração a realidade e um problema ser investigado.
- Escolher um professor orientador, para orientar a pesquisa e a vivência do plano de voo.
- Definir um produto final a ser apresentado como o resultado da pesquisa.
- Alimentar regularmente o seu plano de voo.

Sobre o plano de voo é bom saber que ele é a ferramenta fundamental do TCF e deverá ser construído ao longo da pesquisa com orientação do professor, que com o planejamento coletivo das etapas a serem vivenciadas trarão êxito à pesquisa realizada. Para Piletti (2001) o planejamento é importante para a sistematização da pesquisa, pois ele é "a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...) É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino-aprendizagem." (p. 73).



Durante a vivência do plano de voo, não deve esquecer-se de identificar algumas etapas, que deverão estar claras na materialização do trabalho, são elas:

- Temática da investigação
- Participantes do grupo
- Problema mobilizador
- Cronograma
- Etapas do trabalho
- Fundamentação teórica
- Recursos utilizados
- Fonte de pesquisa
- Produto final e outros

Os estudantes, durante a pesquisa, irão aprimorando o seu plano de voo de modo a incrementá-lo à medida que o trabalho avança, aprofundando o tema investigado, objetivando a realização de uma boa pesquisa, que possa interferir no seu convívio social e sendo um instrumento de reflexão das atividades cotidianas, que requer destes um planejamento da atividade, pois, conforme Schmitz (2000):

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados, sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível. (p.101)

O grupo de estudantes deve ter clareza sobre o produto final dessa investigação. Esse produto pode ser um aplicativo, uma exposição, um vídeo, uma maquete, entre tantas outras possibilidades. Definir o produto final ajuda a planejar as etapas do plano de voo, pois elas devem visar à construção do produto final desejado.

Os trabalhos são avaliados a partir de uma análise do plano de voo e dos resultados apresentados na exposição final. Será definida uma nota que irá compor a 1ª nota do bimestre no qual está sendo trabalhado o TCF nos componentes



curriculares que tenham estreita relação com o projeto. A equipe gestora define e divulga o dia da apresentação dos TCF.

5 A VIVÊNCIA DO TCF NAS ESCOLAS SITUADAS EM ESPAÇO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.

O trabalho do TCF também é realizado também nas turmas de EJA das escolas em espaços de privação de liberdade e tem proporcionado aos reeducandos uma oportunidade de resgate de sua história de vida, bem como o exercício do protagonismo e da autonomia, uma vez que, permite aos estudantes a realizarem a escolha do tema a ser estudado, e eles o definem de acordo com sua área de interesse como uma situação-problema do espaço onde vive, problemas sociais, meio ambiente, saúde, e mudança de realidade. Freire (2002), traz a reflexão sobre o sujeito autônomo quando afirma que

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser pra si, é um processo, é vir a ser. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras de decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (p. 41).

O exercício da autonomia na atividade de pesquisa escolar permite ao estudante a ação de decidir, e decidindo ele sintetiza a reflexão fazendo assim uma ação de transformação tanto na sua vida escolar, como também sua vida cotidiana.

Assim, como exemplo, pode-se observar um dos temas abordados pelos reeducandos da Escola Poeta Olegário Mariano da Penitenciária Barreto Campelo em PE, foi sobre a volta do PPL ao mercado de trabalho, em que o depoimento de um dos reeducandos sobre sua experiência pessoal afirmava que trabalhava no regime semiaberto, após pagar a pena, teve muita dificuldade de conseguir emprego, quando encontrou, após alguns meses por causa da crise foi demitido,



ficando sem trabalhar e foi aí que caiu novamente por causa de delitos que voltou a praticar.

Ficou notório no depoimento de alguns PPLs que eles desejam ser inseridos na sociedade e obter uma vida digna, ser um cidadão, mas, ao se verem livres, se deparam com o preconceito e a falta de oportunidade para trabalhar, em muitos casos, levando-os a regressar a vida pregressa e cometer crime, reincidindo na vida criminal.

Outro TCF consistiu em entrevistas com outros reeducandos e a construção da paródia da música Vida de Viajante de Luiz Gonzaga. Nota-se na figura 1 a seguir que o produto final não necessita ser exclusivamente uma gama de páginas escritas, entretanto é indispensável que a pesquisa tenha base teórica, o que se torna mais difícil a pesquisa nos espaços de privação de liberdade por conta dos estudantes não terem acesso à *internet*. Essa tarefa passa a ser do professor que ajuda trazendo materiais para qualificar a pesquisa, no que se refere ao campo teórico, para posteriormente darem continuidade ao trabalho de conclusão do ensino fundamental.

Figura 1 – Paródia da música Vida de Viajante de Luiz Gonzaga

No trabalho vou avante	
Nesta vida de erro é tão infeliz	E agora procurar o que eu sempre quis
Reconheço que trabalhando seria feliz	Viver em família trabalhando feliz
Perdendo tempos nas prisões	Com uma boa comunicação
Dos tempos que desperdicei	Currículos apresentei
Andando nos camburões	Empresários apoiadores
Pelos delitos que pratiquei	Com projetos de trabalho que eu gostei
Penas e dores	Trabalhando com a terra
Grades e prisões	Em escritório ou como peão
Saudades de casa	Vivo contente
Arrependimentos	Estou satisfeito
Insatisfação	Com minha função
Vou eu, vou eu, vou eu, vou eu vou eu	Vou eu, vou eu, vou eu, vou eu, vou eu
Mas que alegria ao abrir o portão	Agradecimento ao meu patrão
Lá vai eu, lá vai eu, Lá vai eu, Lá vai eu,	Cheguei, cheguei, cheguei pra não voltar
Lá vai eu, Lá vai eu.	Viver, viver, viver pra trabalhar
Eu vou, Eu vou, Eu vou, Eu vou voltar a ser um cidadão	vou eu, vou eu, vou eu, vou eu dignidade vou conquistar!

Fonte: reeducandos do sistema prisional de Pernambuco



Na Escola Estadual Irmã Dulce, localizada na Penitenciária Feminina de Abreu e Lima (PFAL), as estudantes da 4ª Fase da EJA desenvolveram como TCF o tema Frida Khalo – História e Vida. O tema foi tratado com muita dedicação e sensibilidade. Na apresentação foi encenada uma pequena peça teatral, com destaque a fase final da vida de Frida Khalo, com toda intensidade de uma mulher que estava à frente de seu tempo. As estudantes finalizaram a apresentação ressaltando a acuidade dos autorretratos realizados pela artista, e de como a autenticidade e afirmação da mulher no mundo atual é tão importante para a sociedade atual.

Os estudantes da 4ª Fase da Escola Estadual Dom Helder Câmara, localizada na Unidade Prisional de Igarassu (PIG), em um de seus trabalhos, realizaram a experiência de conhecer e vivenciar a temática de primeiros socorros. Na culminância, os reeducandos fizeram simulações de situações emergenciais que requerem cautela e observação das pessoas que auxiliam o acometido até que se chegue ajuda médica. A apresentação foi bastante vigorosa, na qual se observou o empenho dos estudantes em encenar e destacar o que deve ou não ser feito em situações de emergência. Foi dado destaque especial para operações de resgate, imobilização e rolamento da vítima. Os estudantes finalizaram o trabalho, ressaltando a importância de conhecer para poder agir, às vezes, até em situações que os próprios vivenciam nas unidades prisionais.

Na escola Estadual Odete de Andrada Alves, localizada no Presídio Desembargador Augusto Duque (PDAD), o trabalho teve como tema norteador a Alimentação e Saúde, e com o auxílio da Nutricionista da unidade prisional os estudantes realizaram suas pesquisas a partir do cardápio oferecido aos PPLs. O tema do primeiro trabalho foi sobre como se calcula o quantitativo de alimentos por pessoa nas unidades. O segundo foi sobre o valor nutricional dos alimentos oferecidos na Unidade Prisional e sua importância para a saúde, e o último sobre o descarte do lixo orgânico e seu reaproveitamento. Os trabalhos em si oportunizaram a reflexão da importância dos alimentos, do valor nutricional que eles possuem, o seu processamento e formas reaproveitá-los na produção de novos alimentos, no



descarte do lixo orgânico e a técnica de compostagem como mecanismo de produção de adubo orgânico.

Similar aos temas aqui abordados, na Escola Bento XVI, localizada no Presídio de Petrolina, os reeducandos apresentaram temas referentes à saúde e a qualidade de alimentos que os mesmos ingerem, fazendo assim uma reflexão no que se refere ao balanceamento do que irão se alimentar na cadeia a partir do que lhe é fornecido como refeição. Outro grupo tratou de problemas com a obesidade e seus riscos à saúde.

Já na Escola Amélia Coelho (anexo), situado no Presídio de Vitória de Santo Antão, foi possível ver um trabalho referente ser ou não sedentário, apontando a importância da caminhada, banho de sol, e apontaram ainda as consequências de quem tem uma vida sedentária.

Por fim, será citado os TCFs da Escola Aldemar da Mota Valença, localizada no Presídio de Canhotinho em que foram apresentados três trabalhos sobre poesia, fábula e sobre o trabalho na Unidade Prisional. Este último contou com os relatos de padeiros e artesãos que aprenderam estes ofícios dentre da própria Unidade Prisional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O TCF tem sido para alguns reeducandos um estímulo para retornar a frequentar a escola, a se reintegrar a turma, voltando a participar das aulas com mais interesse e engajamento nas atividades propostas no cotidiano escolar, sendo ele considerado um estímulo a mais para que este estudante não desista e consiga concluir esta etapa de escolaridade, segundo o depoimento de alguns gestores.

Os gestores das escolas foram fundamentais para a implementação desse projeto, com o convencimento do seu corpo docente a se engajar na orientação dos estudantes, sendo também, estimulador e oferecendo subsídios para a realização do



trabalho oportunizando no espaço escolar momentos exclusivos de pesquisa e construção do TCF.

Vale salientar que devido a particularidade desse ambiente, muitos gestores tiveram que arrumar uma sala com mesas e cadeiras exclusivamente para que os estudantes fizessem a leitura dos materiais que os professores traziam, esses materiais foram arrumados em uma pasta para cada temática abordada e os professores a alimentavam com textos, reportagens, entre outros.

Para os professores o grande desafio era a orientação, pois como há rotatividade de estudantes nesse espaço, muitos grupos que se formavam posteriormente estavam desfeitos ou com um número bem menor de integrantes, ocorrendo mudança de temáticas por este motivo, mas, diante da exposição na culminância dos trabalhos eles se sentiram satisfeitos pelos seus estudantes, encorajados e cientes de que podem superar obstáculos quando se deseja atingir um objetivo.

Os estudantes também ponderaram da importância que o TCF significou para eles, pois permitiam que eles escolhessem o que abordar, tornado a escola em um espaço onde eles têm a voz – afirmou um deles e até a presença dos técnicos da Secretaria era esperada com muito entusiasmo e seriedade. Percebeu-se que a escola em si é de extrema importância para os reeducandos, isto sendo depoimento de um deles que enfatizou que muitos não querem se ressocializar, mas, aqueles que estavam ali na escola, buscam conhecimento e desejam voltar à sociedade de forma diferente, realmente querendo uma nova vida após uma experiência dolorosa que é a de estar encarcerado e longe da família.

Nas escolas que foram visitadas, foi possível constatar a riqueza e diversidade das pesquisas dentro das temáticas escolhidas que retratam a realidade na qual estão inseridos e as possíveis soluções no que depende deles para serem trabalhadas e aplicadas. A mudança de comportamento após o aprendizado é o foco e o principal sucesso de qualquer trabalho, não sendo diferente do TCF, e também a formação de um sujeito autônomo enxergando o mundo e sendo um agente de colaboração para melhoria de todos.

**VI Semana Internacional
de Pedagogia**

**"Pedagogia em MovimentoUS:
Aproximações entre
Universidade e Sociedade"**



**II Encontro Estadual de
Educação em Prisões de Alagoas
I Seminário de Educação em
Prisões de Alagoas**

**"Educação de pessoas em privação de liberdade:
Embates, Políticas Públicas e Práticas
Educaionais"**

De 10 a 14 de Dezembro de 2018 - Campus A. C. Simões/UFAL - Maceió/AL - Brasil

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394/96. – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. Parecer CNE nº 11/2000. – **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: < http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

_____. Resolução nº 2 CNE 2010. - **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906>. Acesso em: 2 nov. 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 12.433. – **Remição de Pena pelo Estudo**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/19480/lei-n-12-433-2011-remicao-de-pena-pelo-estudo>>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOFI, A. - The Participation Rights of Adolescents: a strategic approach, UNICEF, **Série Documentos de Trabalho**, p.11, Nova Iorque, 2001.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PILETTI, C. **Didática geral**. 23ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

SCHMITZ, E. **Fundamentos da Didática**. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000. (p. 101 a 110).